

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: TCU vê possível cobrança indevida por energia de Itaipu	2
Título: IPCA de 0,01% reforça ociosidade da economia e pressiona taxa de juro	3
Título: Destaques	5
Título: Mercado livre puxa novos projetos de geração renovável	5
Título: Aumento de oferta ajuda migração de consumidores	8
Título: Guerra comercial impacta líder em diamantes	9
Título: Curtas	11
Título: Cota do fundo imobiliário XP Corporate Macaé cai 37%.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: YPBF quer fatia da Petrobrás no Gasbol	13
Título: Inflação de junho é a menor desde novembro de 2018	14
Título: Alta demanda leva ação da Light a R\$ 18,09 em oferta	16
Título: No PA, ação antidesmate tem reforço federal	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Com alimento e gasolina mais baratos, inflação recua para 0,01% em junho	17
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Estatal boliviana pretende comprar ações da Petrobras em gasoduto.....	19
Título: Decola, Galeão	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/07/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: TCU vê possível cobrança indevida por energia de Itaipu**

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez um alerta ontem ao governo sobre as falhas na definição do custo de compra da energia de Itaipu repassado para os consumidores. Ao aprovar o resultado de auditoria, o tribunal chamou a atenção para a necessidade do governo estar preparado para a dura negociação prevista com o Paraguai no processo de revisão do tratado internacional de construção da hidrelétrica na fronteira entre os dois países.

No Brasil, a Eletrobras é responsável por comercializar a energia fornecida por Itaipu, que abastece Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recebe a fatura e faz o rateio do custo entre os consumidores dessas regiões, no reajuste tarifário das distribuidoras.

A auditoria realizada com as informações prestadas pela Eletrobras e pela Aneel indicou a possibilidade de cobrança indevida de quase R\$ 3 bilhões dos consumidores brasileiros, entre 2007 e 2017, dada as inconsistências das informações contábeis apresentadas. Há fatos que, segundo o ministro Walton Alencar, não puderam ser explicados, como o acréscimo de duas turbinas na usina no instante em que se registra a queda no patamar de geração efetiva (a garantia física) do empreendimento.

Alencar, que foi o relator do caso, fez críticas à decisão cautelar do Supremo Tribunal Federal que impede o tribunal de auditar as contas de Itaipu Binacional, empresa responsável pela operação da usina e gerida pelos governos dos dois países. Ele disse que, em contraste ao entendimento do Supremo, os órgãos de controle do país vizinho têm total liberdade para acompanhar as contas da companhia.

Por não poder requisitar informações da empresa binacional, o TCU resolveu exigir da Aneel a apresentação de um plano de fiscalização do fluxo de pagamento pela energia de Itaipu. A agência precisará definir uma periodicidade menor para as análises contábeis e apresentar detalhes sobre a amortização de empréstimos e os fatores de cálculo da inflação norte-

americana. Da Eletrobras, o tribunal exige que apresente as planilhas de cálculos da inflação americana.

O plenário do TCU decidiu comunicar a decisão tomada à Casa Civil, especialmente em relação às preocupações com a revisão do tratado. O relator disse que o governo iniciou recentemente a se preparar para sentar à mesa com os paraguaios, ao constituir grupo de trabalho. Em 2023, as cláusulas econômicas serão revistas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição e Bruno Villas-Bôas | De São Paulo e do Rio

Título: IPCA de 0,01% reforça ociosidade da economia e pressiona taxa de juro

Contas de luz, gasolina e alimentos mais baratos reduziram a inflação em junho. A taxa veio pouco acima do esperado, mas baixa o suficiente para reforçar o quadro de grande ociosidade na economia, o que, junto com o avanço da reforma da Previdência no Congresso, deve fazer com que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central corte o juro ainda neste mês, segundo economistas. A reunião do BC será no próximo dia 31.

No mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,01%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um pouco acima da queda prevista por economistas, de 0,03%. Foi a menor taxa do ano. Em 12 meses, com a saída da disparada de junho do ano passado (1,26%), provocada pela greve dos caminhoneiros, a inflação acumulada desceu de 4,66% para 3,37%. A meta para o ano é de 4,25%.

A queda dos preços da gasolina (2,04%) e da energia elétrica (-1,1%) foi a principal responsável pela desaceleração do IPCA. Quanto aos alimentos, a sazonalidade derrubou os preços. O grupo de alimentação e bebidas teve deflação de 0,25% no mês, embora menos intensa do que em maio (-0,56%). O gasto com alimentação em casa caiu 0,39%, enquanto fora de casa subiu apenas 0,02%.

No lado oposto, os preços das passagens aéreas subiram 18,90% em junho. O maior aumento para o mês desde 2015. Fernando Gonçalves, gerente da pesquisa no IBGE, diz que o aumento pode refletir a maior procura por bilhetes durante a Copa América, torneio que durou 27 dias e envolveu cinco cidades-sede: Porto Alegre, São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Salvador. A crise da Avianca, que em abril devolveu 18 aeronaves por falta de pagamento, também pode ter contribuído. O aumento das passagens afetou a inflação de serviços,

que saiu de queda de 0,11% em maio para alta de 0,34% em junho. Mas o acumulado em 12 meses segue baixo, em 3,96%.

A leitura principal da inflação no mês é que o indicador oficial está baixo, assim como seus núcleos, que rodam em torno de 3%, em média, no acumulado em 12 meses, avalia a economista Júlia Passabom, do Itaú Unibanco. A instituição previa queda de 0,01% para o índice. "Os choques de alimentos no começo deste ano foram temporários. As várias medidas de núcleo, parte mais sensível para a política monetária, seguem muito bem comportadas, muito abaixo da meta de inflação", afirma.

O cenário-base do Itaú é que o avanço da reforma da Previdência na Câmara e a grande ociosidade da economia deixam espaço para que Copom corte a Selic em 0,25 ponto percentual ainda em julho. "As medidas de núcleo estão rodando a 3%, a capacidade ociosa é gigantesca. Não há demanda." A expectativa do banco é que a Selic chegue a 5% no fim do ano, de atuais 6,5%.

A consultoria Parallaxis vê espaço para um corte maior, de 0,50 ponto. A inflação e os núcleos baixos também decorrem de uma atividade que segue frustrando as expectativas, com previsões cada vez mais baixas para o crescimento econômico, inclusive de 2020, aponta, em relatório a clientes. "Ainda que não consideremos a redução da taxa de juros como a solução milagrosa para retomar a atividade econômica, acreditamos que é necessária para ajudar nas condições atuais", escreve o economista-chefe, Rafael Leão.

André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), avalia que o IPCA não deve trazer grandes surpresas pelo resto do ano. Pode haver certa volatilidade nos itens administrados por causa da gasolina e da energia elétrica, mas aqueles mais relacionados à atividade, como bens duráveis e serviços, não têm perspectiva de alta. O dólar, mais comportado, ainda mais com a expectativa de aprovação da reforma da Previdência, não deve ser uma questão preocupante para os preços.

Braz estima que, em julho, com alimentos mais caros e a bandeira amarela, que vai encarecer a conta de luz, o IPCA pode ficar em torno de 0,20%. Dependendo da magnitude da queda na gasolina, a taxa pode ficar abaixo disso, mais próxima de 0,15%. "A Petrobras promoveu uma queda grande no preço em julho. Se não houver algum reajuste para cima, a inflação deste mês deve ser mais branda que o previsto", afirma. A estimativa do Ibre/FGV para o ano, de 3,8%, não foi alterada.

O Itaú também estima inflação em torno de 0,20% em julho. Para agosto e setembro, as expectativas são de IPCA de 0,05% e 0,16%, respectivamente. O banco também mantém as estimativas para o IPCA de 2019 e 2020 em 3,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério a US\$ 120,96

A cotação do minério de ferro fechou ontem a US\$ 120,96 a tonelada, queda de 0,52%, nas negociações do mercado à vista no porto de Qingdao, na China. O preço refere-se à commodity siderúrgica com teor de pureza de 62% de ferro, referência no mercado transoceânico, informa a publicação especializada "Fastmarkets MB". Na terça-feira, o minério fechou a US\$ 121,57. De acordo com agentes do mercado, após o rali dos dois últimos dias, os compradores adotaram uma postura cautelosa - esperar para ver como fica o aumento dos estoques de aço na China. Os contratos futuros do produto na Bolsa de Dalian perderam a forte aceleração que vinha sendo registrada.

Furnas no longo prazo

Furnas lançou edital de um leilão de venda de energia de longo prazo no mercado livre. O produto oferecido consiste em um contrato de fornecimento de energia entre 1º de janeiro de 2020 e 26 de fevereiro de 2035, com entrega no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Os interessados em participar do certame devem enviar os documentos de habilitação até 25 de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Mercado livre puxa novos projetos de geração renovável

Antes dependentes da demanda das distribuidoras por meio de leilões organizados pelo governo, novos projetos de geração de energia renovável estão cada vez mais sendo viabilizados no chamado mercado livre, na qual os preços não são regulados e consumidores podem escolher de quem - e qual

fonte - comprar energia. Engie, EDP, CPFL e Neoenergia estão entre as grandes geradoras que apostaram nesse tipo de projeto no último um ano e meio. A expansão equilibrada da matriz, contudo, ainda não acontece no mercado livre, já que projetos "despacháveis" (como termelétricas) ainda não são viáveis nesse tipo de contrato, o que acaba gerando custos adicionais para todo o sistema e torna mais urgente a implementação da reforma do setor elétrico.

Dados da Abraceel, associação que representa comercializadoras de energia, apontam que 24% de toda a expansão da geração em construção até 2023 terá como destino o mercado livre, sendo 80% da energia proveniente das fontes eólica e solar e também de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Como a demanda nos leilões tem sido baixa, os empreendedores estão vendendo uma fatia pequena de seus projetos de energia renovável no mercado cativo a preços significativamente baixos, apenas para assegurar conexão à rede. O restante está sendo alvo de contratos no mercado livre, na forma de energia incentivada, o que garante um desconto na tarifa de transmissão que é subsidiado por meio de encargos cobrados de todos os consumidores do país.

Para especialistas ouvidos pelo **Valor**, a contratação de geração voltada para o mercado livre deve ser celebrada por ser um avanço no desenvolvimento do mercado brasileiro. A concentração dos novos projetos em fontes renováveis, contudo, acende um alerta referente ao planejamento do sistema. O modelo "híbrido" entre mercados livre e regulado não traz uma solução equilibrada para a expansão do segmento, pois custos referentes aos chamados "atributos" das fontes renováveis (como a intermitência) seguem custeados pelo consumidor cativo, que compra energia por meio das distribuidoras.

Na prática, o consumidor cativo está financiando sozinho a expansão de fontes mais caras e necessárias ao sistema, ao mesmo tempo em que paga os subsídios que tornam as fontes renováveis ainda mais atrativas no mercado livre.

"Quando olhamos o preço de energia nos leilões, não está transparente que o consumidor cativo terá que contratar também outras fontes que terão custo maior, e que pagará também uma parcela de subsídio cruzado da energia renovável no mercado livre", disse Thiago Barral, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal responsável pelo planejamento energético do país.

Isso acontece pois empreendimentos não despacháveis devem ser equilibrados com outras fontes, como termelétricas e hidrelétricas com reservatórios, para que a segurança no abastecimento do país seja garantida. "Temos que garantir que o mercado livre também contrate termelétricas de grande porte para viabilizar a expansão de todas as fontes", disse Rui Altieri, presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos, avalia que o modelo híbrido é uma solução temporária para investidores. "A mudança estrutural será a criação de um mercado por capacidade, a partir da separação de lastro e energia. Aí o mercado vai participar, de fato, da expansão do sistema", disse Mello.

As propostas em discussão nesse sentido vêm desde 2017, quando o governo propôs a consulta pública 33, e envolvem a cobrança igual de todos os consumidores, livres e regulados, pela confiabilidade de energia, ou lastro. Assim, todos financiarão a expansão da matriz de forma equilibrada. Segundo Barral, a EPE está coordenando uma frente de trabalho relacionada ao tema dentro do grupo de trabalho criado pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** para discutir a modernização do setor elétrico. "Vamos detalhar essa linha de ação como um mecanismo que poderá viabilizar o crescimento sustentável do mercado livre", disse o presidente da EPE.

Até 2016, as fontes renováveis brigavam por contratos de longo prazo de venda de energia em leilões, principalmente os de energia de reserva, cuja contratação era capitaneada pelo governo, independentemente da demanda das distribuidoras. Alvos de críticas, esses certames deixaram de ser realizados, mas a demanda das distribuidoras não se recuperou em meio às derrapadas da economia. Foi então que os geradores começaram a viabilizar projetos para o mercado livre com contratos de longo prazo com consumidores de baixo risco de calote, algo impensável até então.

Para o consumidor livre, a atratividade desses contratos de longo prazo vem de dois fatores: tarifas mais altas no mercado regulado e o desconto no fio na compra de fontes incentivadas.

"Mas uma coisa é o que o consumidor quer, outra é o que o sistema precisa. Quem vai pagar pelo despacho de outras fontes? Se o consumidor livre precisar comprar energia de uma térmica, na ponta do lápis o negócio não para de pé, porque não há o subsídio", disse Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR. Ele também destacou a separação de lastro e energia, que era uma das pautas discutidas pelo governo na época em que presidiu a EPE, entre 2016 e 2018. "Assim, todos vão pagar os atributos do sistema", disse, lembrando que não se pode obrigar o consumidor livre a comprar os atributos necessários, mas sim colocá-los dentro do "lastro".

Sem a mudança que divide o custo dos atributos entre todos os consumidores, "podemos terminar no Brasil tendo uma energia baratíssima, mas com uma conta altíssima", disse Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), entidade que reúne gigantes da indústria como Vale e Gerdau e autor,

assim como Barroso, da consulta pública 33. Na época, Pedrosa era secretário-executivo do MME. "Mais do que a possibilidade, o governo tem a obrigação de revisitar tudo e dar ao setor de energia um pouco mais de lógica econômica", afirmou.

Em relação aos subsídios das fontes incentivadas no mercado livre, Altieri, da CCEE, disse não saber se esse já é o momento certo de retirá-los. "Mas a discussão precisa ser travada. Não tenho segurança para dizer que é o momento de acabar, mas é a hora de discutir isso", afirmou.

"Existem fontes para o qual é importante haver subsídios, como geração por resíduos sólidos urbanos. Eólica e solar precisam permanecer como fonte incentivada e com reserva de mercado? Nos últimos anos a eólica foi a líder da expansão, não faz sentido ter subsídio ainda", disse Barral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Aumento de oferta ajuda migração de consumidores

A expansão da oferta de projetos renováveis no mercado livre de energia está ajudando na retomada das migrações de consumidores especiais para este ambiente de contratação, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Consumidores especiais são aqueles com consumo entre 0,5 megawatt (MW) e 2,5 MW e obrigação de comprar energia de fontes incentivadas (ou seja, renováveis). Segundo Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE, a média mensal de migrações no primeiro semestre foi de 105, contra 68 em 2018. Com isso, o número de novas adesões retomou o patamar de 2017. "O mercado está reagindo, colocando projetos de geração para atender o crescimento", afirmou Altieri.

"Estamos quebrando um paradigma com projetos expansionistas trazendo maior volume de energia para o mercado livre, coisa que não víamos antes", disse Paulo Toledo, sócio-diretor da Ecom Energia, especializada em gestão e comercialização de energia.

Um dos entraves para a migração de consumidores especiais no ano passado era justamente a falta de lastro de fonte incentivada. Com isso, os preços estavam mais caros e o benefício do mercado livre era menos sentido por consumidores. Desde o começo do mês, o teto de consumo de especiais caiu de 3 MW para 2,5 MW, o que permite que consumidores hoje restritos à energia

incentivada possam comprar também fontes convencionais, cuja oferta é mais ampla. "Isso tira um pouco a pressão dessa escassez de lastro de incentivada", disse Toledo.

"Estou há bastante tempo no mercado e fico orgulhoso de ver esse momento. Mercado livre sempre foi mal visto na expansão, vivia de sobras, e hoje já há provas que não é mais assim", disse Rafael Mathias, sócio-fundador da Capitale, que atua com geração, comercialização e gestão de energia elétrica.

Segundo Altieri, a abertura do mercado livre precisa ser "constante, gradual e organizada". O crescimento visto hoje, diferente da explosão vista entre 2015 e 2016, é "razoável" e permite esse ritmo equilibrado. "Estamos muito animados, é um bom sinal que a migração continuou mesmo com os problemas do começo do ano, isso demonstra amadurecimento do mercado", disse ele, se referindo à crise enfrentada por algumas comercializadoras que tiveram dificuldades em honrar contratos no primeiro trimestre.

Nesse contexto, ainda é cedo para uma previsão sobre os preços de energia. "Vai depender de qual será a demanda e de quanta energia estará disponível no mercado livre para atender o setor. Mas ainda não temos alteração na tendência de preço", disse Toledo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Max Seddon | Financial Times, de Moscou

Título: Guerra comercial impacta líder em diamantes

A guerra comercial dos Estados Unidos contra Pequim jogou por água abaixo as metas da Alrosa, maior produtora mundial de diamantes, na China e também afetou as compras dos turistas chineses no Ocidente.

"Quando há quaisquer tensões ou instabilidades políticas, as vendas de artigos de luxo reagem de imediato, incluindo joias com diamantes", disse o executivo-chefe da mineradora, Sergei Ivanov, em entrevista ao "Financial Times".

"Pensávamos que [o crescimento das vendas] na China seria de 2% ou 3%, mas agora a perspectiva deverá ser mais pessimista - as taxas de crescimento vão ser neutras ou ligeiramente negativas."

Ivanov tem apoiado uma ofensiva comercial na China - país que juntamente com a Índia deverá encabeçar a expansão do mercado de diamantes nos

próximos dez anos, segundo analistas - com a ideia de atender a demanda da crescente classe média do país.

A mineradora estatal, que juntamente com a De Beers produz cerca de metade dos diamantes brutos do mundo, empenha-se em alcançar a rival. Na China, as vendas da Alrosa subiram de US\$ 50 milhões para 200 milhões nos últimos anos.

Os ventos contrários provocados pela guerra comercial entre Estados Unidos e China e um declínio generalizado no mercado, no entanto, vêm prejudicando os lucros do setor.

A receita da Alrosa no primeiro trimestre de 2019 caiu 27% na comparação anual, para 70,5 bilhões de rublos (US\$ 1,1 bilhão). Em junho, a Anglo American, dona da De Beers, atribuiu a queda de 6,3% nas vendas de seu trimestre mais recente a "um ambiente mais desafiador" na China.

O setor também enfrenta um excesso de oferta que vem moderando a demanda por pedras polidas. Analistas do banco de investimento russo VTB Capital preveem queda de 2% nessa demanda neste ano e que o desempenho continuará fraco até 2021.

Ivanov disse que a Alrosa vai continuar a priorizar o preço em vez dos volumes, apesar das dificuldades. "Poderíamos cortar o preço em 10% e vender tudo o que temos, mas não contribuiríamos para o mercado se fizéssemos isso porque os preços dos diamantes na fase intermediária do ciclo de produção e comercialização iriam cair."

O executivo prevê que as vendas da Alrosa, que voltaram a mostrar queda depois do primeiro trimestre, vão continuar "muito piores" do que em 2018 até se normalizarem no quarto trimestre deste ano. "Afinal, o Natal nos EUA e o Ano Novo chinês em fevereiro não vão desaparecer. Vai haver boa demanda e o mercado vai se normalizar", disse.

O declínio não impediu a Alrosa de buscar novos canais de produção para reforçar as reservas existentes, em sua maioria localizadas em Yakutia, no nordeste da Rússia, que devem esgotar-se em 2047. Ivanov disse que novas reservas devem ser descobertas no futuro próximo.

A meio mundo de distância dessa região, a Alrosa inaugurou operações no Zimbábue neste ano e vem incrementando sua presença em Angola, onde possui participação na mina de Catoca, quarta maior do mundo. Trabalha ainda

no desenvolvimento do projeto Luaxe, de US\$ 1,5 bilhão, uma mina de kimberlito, a rocha que contém diamantes, que deverá ser ainda maior.

A empresa ampliou suas operações na África mesmo enquanto outros estrangeiros deixaram de operar ou reduziram a presença no Zimbábue e em Angola.

A Rússia tem aumentado sua presença no continente de forma geral, por meio de investimentos em matérias-primas como petróleo e bauxita e da venda de armas e de serviços de assessoria de segurança.

A Alrosa assinou o contrato para entrar no Zimbábue depois que o presidente do país, Emmerson Mnangagwa, visitou Moscou neste ano, em antecipação a um grande encontro de cúpula entre a Rússia e países africanos marcado para outubro em Sochi, no Mar Negro.

Ivanov, contudo, disse que o interesse da Alrosa no continente se deve inteiramente a motivos geológicos. "As reservas em outros países africanos foram todas pesquisadas e a chance de encontrar algum grande depósito lá é próxima a zero", disse Ivanov.

A Alrosa também conseguiu superar as suspeitas quanto à Rússia para expandir suas operações nos EUA, onde reabriu um escritório em Nova York, aumentou as vendas de diamantes brutos e planeja também começar a comercializar diamantes polidos.

Ivanov disse que 70% dos investidores de sua recente emissão de bônus, no valor de US\$ 500 milhões, eram do Ocidente e que os donos de metade das ações em circulação são entidades americanas. "Os investidores não comentam mais sobre as sanções, de forma alguma", acrescentou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

YPFB e Petrobras

A estatal boliviana YPFB tem interesse em aumentar a sua participação acionária na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), segundo informações do governo do país vizinho. A Petrobras assumiu o compromisso

junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para vender sua participação de 51% na transportadora. De acordo com a nota publicada pela Agência Boliviana de Informação (ABI), a YPFB participará de um processo para adquirir maior participação acionária no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), "para aumentar a sua influência no mercado brasileiro de gás". A estatal boliviana detém fatia de 12% na TBG, ao lado da Petrobras (51%), BBPP Holdings (29%) e GTB-TBG Holdings (8%). Segundo o gerente de Regulação da Gas TransBoliviano (GTB), da YPFB, Luis Alberto Poma, a possibilidade de ter maior presença no mercado brasileiro permitirá à YPFB "comercializar gás natural diretamente com empresas distribuidoras e indústrias privadas, localizadas no Sudeste brasileiro".

Distribuição da EDP

O volume de energia distribuída pela EDP Energias do Brasil subiu 2,5% no segundo trimestre frente ao mesmo período de 2018, para 6.412.113 megawatts-hora (MWh). As condições climáticas no Espírito Santo, os níveis baixos de inflação e o avanço do comércio varejista impactaram positivamente os resultados.

Chesf incorpora ETN

O conselho de administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), controlada da Eletrobras, aprovou a incorporação da sociedade de propósito específico (SPE) Extremoz Transmissora do Nordeste (ETN). Conforme comunicado da Eletrobras, a Chesf é detentora de 100% do capital social da SPE e a incorporação depende de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE) da Chesf, bem como de anuência dos órgãos reguladores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias | De São Paulo

Título: Cota do fundo imobiliário XP Corporate Macaé cai 37%

As cotas do fundo imobiliário XP Corporate Macaé registraram queda de 37,2% na bolsa ontem, para R\$ 64,01. Os ativos reagiram a fato relevante que informou que a Petrobras pretende deixar as suas operações no Edifício Corporate Macaé, na cidade de mesmo nome, no Rio de Janeiro.

A estatal é a única locatária da laje corporativa e este é o único imóvel de propriedade do fundo. A carteira reúne cerca de 11 mil cotistas e tem um patrimônio na casa dos R\$ 200 milhões.

Em comunicado aos investidores, a Rio Bravo, administradora do fundo, em conjunto com a gestora de recursos da XP e a consultoria imobiliária Atlantes, informam que pretendem trabalhar de forma ativa na identificação de oportunidades de locação de áreas vagas do edifício, a fim de minimizar impactos futuros decorrentes da vacância. Os representantes esclarecem ainda que a intenção de saída da Petrobras foi uma decisão exclusivamente estratégica da companhia a fim de racionalizar custos, não havendo vínculo com a relação comercial entre as partes.

Com a rescisão, o fundo não fará jus ao aluguel do contrato típico, equivalente a R\$ 0,68 por cota, a partir de janeiro de 2021 e do contrato atípico, equivalente a R\$ 0,24 por cota, a partir de setembro de 2023.

Mesmo saindo do imóvel antes do previsto, a Petrobras tem que arcar com os aluguéis da parcela do contrato atípico até o vencimento, como previsto nas cláusulas dessa modalidade de locação. O fundo também vai receber multa relativa à rescisão e com isso terá condições de honrar com os rendimentos por mais alguns meses quando esse fluxo de receitas cessar.

O fundo imobiliário XP Corporate Macaé foi captado em 2013 e tem assegurado um retorno em dividendos da ordem de 10% para os investidores. Esse rendimento terá continuidade pelo menos até o começo de 2021. Ou seja, o gestor tem até lá para encontrar um novo locatário ou eventualmente renegociar o contrato. O Edifício Corporate Macaé tem 14 pavimentos e uma área construída total de mais de 18,6 mil metros quadrados.

Em 2017, cotistas dos fundos Torre Almirante e do Prime Portfólio passaram por situação parecida, quando a mesma Petrobras decidiu mudar a sua sede e sair do Edifício Torre Almirante no centro do Rio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/07/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes/ RIO

Título: YPBF quer fatia da Petrobrás no Gasbol

Petroleira boliviana quer se tornar controladora do gasoduto, após estatal fazer acordo com Cade para venda de ativo

A petroleira boliviana YPFB quer disputar a fatia da Petrobrás no gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). A estatal brasileira vai vender a participação de 51% do gasoduto que interliga os dois países. Se ao menos parte dessa parcela ficar com a YPFB, ela passará a ter o controle da rede de transporte, o que enxerga como oportunidade para fortalecer sua presença no mercado brasileiro, sem

intermediários. “A possibilidade de ter mais presença no mercado brasileiro permitirá à YPFB encarar negociações para comercializar gás natural diretamente com distribuidoras e indústrias privadas, no Sudeste, evitando a intermediação de terceiros”, afirmou Luis Alberto Poma Calle, gerente de Regulação da Gas Transboliviano (GTB), subsidiária da YPFB. A declaração foi divulgada pelo Ministério de Minas e Energia da Bolívia.

“Para a YPFB, a oportunidade permitirá o fortalecimento do plano de expansão e internacionalização pelo continente”, disse. A venda de participação no Gasbol faz parte do acordo firmado entre a Petrobrás e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para abrir o setor de gás natural à concorrência. A estatal brasileira também vai vender fatias na NTS e na TAG, outras transportadoras das quais participa.

Deve ainda sair do negócio de distribuição de gás natural em 20 Estados. A YPFB tem 12% da TBG, empresa que cuida do Gasbol entre a fronteira e o Estado de São Paulo. Atualmente, os dois países negociam a revisão do contrato de venda de gás. Portanto, é possível que, nos próximos anos, além de mudanças no controle da transportadora, volumes e preços de venda do gás boliviano sejam revistos. No comunicado, a YPFB informou que a venda do ativo pela Petrobrás não significa que a petroleira vá reduzir o volume de gás contratado da Bolívia.

Ou seja, ainda que se desfaça dos ativos, a Petrobrás deve continuar usando o gasoduto e passará a pagar pelo transporte como cliente da YPFB e não mais como sócia. Essa foi a postura adotada pela estatal brasileira após ter vendido o controle da TAG. O Gasbol possui 3,15 mil km de extensão, dos quais 82% estão no território brasileiro. Foi instalado no governo Fernando Henrique Cardoso, para promover o mercado de gás. Tende a perder relevância no mercado interno, à medida que avança a produção no pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/07/2019

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder

Título: Inflação de junho é a menor desde novembro de 2018

Índice de 0,01% do IPCA no mês teve influência do preço baixo dos alimentos e da gasolina e da energia mais barata

Os alimentos, a gasolina e a conta de luz ficaram mais baratos na passagem de maio para junho, e a inflação ficou estável no mês passado. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,01% . Essa foi a menor variação mensal do indicador desde novembro de 2018, quando houve queda de 0,21%,

informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador, usado nas metas de inflação perseguidas pelo Banco Central, só não ficou no negativo porque as passagens aéreas e os itens de higiene pessoal ficaram mais caros. Os bilhetes de avião avançaram 18,90%. Sozinho, esse item acrescentou 0,07 ponto percentual (p.p.) no IPCA de junho, maior impacto de alta no índice, informou o IBGE.

A alta de 2,19% no perfume turbinou o subgrupo “higiene pessoal” (1,50%), enquanto a queda de 2,04% na gasolina, sozinha, tirou 0,09 p.p. do índice. Embora muitos analistas do mercado financeiro esperassem queda no IPCA de junho (-0,03%, segundo pesquisa do Projeções Broadcast), a ligeira alta não mudou muito as avaliações. Para economistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a inflação segue baixa, com espaço para o BC reduzir a taxa básica de juros (Selic, hoje em 6,5% ao ano). No acumulado de 12 meses, o IPCA em junho avançou 3,37%, abaixo da meta de 4,25% para 2019. “O cenário para corte de juros se dá pelo quadro prospectivo (de inflação), que melhorou, e pela desaceleração da atividade na margem”, disse o economista- chefe do Haitong Banco de Investimento do Brasil, Flávio Serrano. Em outras palavras, o baixo crescimento econômico esfria a demanda, dificultando reajustes de preços.

Dólar. O cenário de inflação comportada inclui cotação do dólar em baixa (por causa do avanço da reforma da Previdência e do sinal de queda de juros nos Estados Unidos, dado ontem pelo presidente do banco central americano, Jerome Powell), gasolina e conta de luz com alta contida e a perspectiva, recente, de que os efeitos da peste suína africana na China sobre os preços das carnes ficarão para 2020. O economista-chefe da Ativa Investimentos, Carlos Thadeu de Freitas Gomes Filho, é um dos que “deslocou” o impacto inflacionário da peste suína do IPCA de 2019 para o de 2020. Agora, Freitas Filho está com projeção de IPCA de 3,56% no ano fechado, abaixo da meta de 4,25%.

“Houve um abate antecipado de matrizes que viraram estoque, o que faz com que os preços consigam se segurar até o fim do ano, quando a China deve começar a comprar (carne suína de maneira) mais forte”, disse o economista. O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, também não descarta a possibilidade de a inflação fechar 2019 perto de 3,5%, diante da expectativa de que a economia continuará desaquecida. Os “bons números” de inflação desde maio e a expectativa de que serão favoráveis também em julho ajudam a compor um quadro inflacionário sob controle este ano, disse Vale. A economia desaquecida se reflete na inflação de serviços. O economista Fábio Romão, da LCA Consultores, lembrou que as projeções para os preços de serviços este ano têm caído, na esteira das revisões para baixo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A LCA reduziu a projeção do IPCA de serviços de 4,3%, no início do ano, para 3,8% agora. Em junho, os serviços ficaram com alta de 0,34%, ante um recuo de 0,11% no IPCA de maio. Em 12 meses, o IPCA de serviços de junho acumulou alta de 3,96%. Segundo Fernando Gonçalves, gerente de Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, a aceleração na passagem de maio para junho é explicada pelas passagens aéreas, sem pressão de demanda. A própria alta nas passagens, cujos preços são muito voláteis (vinham de uma queda de 21,82% em maio), pode ser pontual. / COLABORARAM FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, MARIA REGINA SILVA E THAÍS BARCELLOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/07/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Alta demanda leva ação da Light a R\$ 18,09 em oferta

Coluna do Broadcast

Com a demanda superando em 70% a oferta, a ação da Light deverá sair em R\$ 18,09 em seu follow on (oferta subsequente). Na segunda-feira, os bancos que coordenam a oferta haviam colocado o preço em R\$ 18,00, mas hoje subiram nove centavos, o que chamou atenção. Até a semana passada, o preço na mesa estava em R\$ 17,00, mas com a demanda a decisão foi de reduzir o desconto do preço em tela. Além disso, a ação tem se valorizado. Ontem, subiu 2,4%, cotada a R\$ 20,17. A valorização alcança 4% em julho e o salto chega a 23,1% no ano. A oferta, primária e secundária, poderá atingir R\$ 2,5 bilhões, considerando a colocação dos lotes extras. O acionista vendedor é a Cemig e a ação será precificada nesta quinta-feira, dia 12. Procurada, a Light não comentou.

» Luz própria. O Brasil conta com 119,5 mil unidades consumidoras que recebem energia que elas mesmas produzem por meio da geração distribuída. Os dados são da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), a partir da base de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para atender a todos esses consumidores, o País já conta com mais de 1 gigawatt (GW) de potência instalada em 87 mil unidades geradoras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges

Título: No PA, ação antidesmate tem reforço federal

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, decidiu recorrer à ajuda da Força Nacional de Segurança para tentar conter os índices alarmantes de desmatamento na região de São Félix do Xingu (PA). No local, foi erguida a **hidrelétrica de belo monte**. Há tempos, a região é um dos principais alvos de madeireiros, grileiros de terras e garimpos ilegais, ações que aumentaram nos últimos anos, com o início da construção da usina. Ao Estado, Salles disse que o volume de desmate na área motivou o reforço, autorizado pelo Ministério da Justiça. “Estamos fazendo uma ação motivados pelo grande volume de desmatamento ilegal naquela região.” Ele não soube precisar o número de agentes da Força que atuarão na região, tampouco o número de servidores do Ibama já na área.

O trabalho das equipes federais vai até dia 30. O prazo do apoio poderá ser prorrogado, se for necessário. Historicamente, julho é mês de alta nos índices de desmate na Amazônia. Além disso, é o mês em que o governo fecha o seu balanço anual, de agosto de 2018 a julho de 2019, para compor o cenário do desmatamento pelo sistema Prodes, ferramenta do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados consolidados até agora mostram que, no balanço deste ano, embora o mês ainda não tenha fechado, o desmatamento já ultrapassou o volume total verificado nos dois últimos ciclos. Nos últimos dias, o governo tratou de desqualificar as informações técnicas geradas pelos próprios órgãos públicos, que divulgaram dados alarmantes de crescimento do desmatamento na Amazônia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com alimento e gasolina mais baratos, inflação recua para 0,01% em junho

Em 12 meses, IPCA fica em 3,37%, abaixo do centro da meta para o ano, de 4,25%, informa o IBGE

Rio de Janeiro- Com queda nos preços dos combustíveis e dos alimentos, a inflação recuou em junho para 0,01%, o, a ponto percentual abaixo do registrado no mês anterior, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi a menor taxa desde novembro de 2018, quando houve deflação de 0,21%. Houve recuo do índice em 7 das 16 cidades pesquisadas, inclusive São Paulo — em maio, haviam sido apenas duas.

"É praticamente uma estabilidade", disse o economista do IBGE Fernando Gonçalves, ressaltando que foi o sexto menor índice desde 1995. Além dos impactos de gasolina e alimentos, ele diz que a situação econômica contribui para a inflação mais baixa.

"As famílias estão endividadas, a reposição do mercado de trabalho vem com informalidade, o que não dá segurança. Então, as pessoas concentram seus gastos naquilo que é essencial: transporte, moradia e alimentação", afirmou.

Em 12 meses, o IPCA ficou em 3,37%, abaixo dos 4,66% do mês anterior e menor taxa desde maio de 2018. A meta do Banco Central para dezembro é 4,25%, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Foi o segundo mês seguido de desaceleração, após um início de ano com o IPCA pressionado justamente por combustíveis e alimentos. Em junho, os grupos alimentação e bebidas e transportes tiveram deflação de 0,25% e 0,31%.

Os alimentos caíram pelo segundo mês consecutivo — em maio, o recuo foi de 0,56%—. Puxados por menores preços de frutas (-6,14%) e feijão-carioca (-14,80%). Gonçalves diz que a queda é causada pela maior oferta durante a safra. No início do ano, o feijão era um dos vilões da inflação.

A deflação do grupo transportes foi provocada por queda de 2,41% nos combustíveis, com destaque para a gasolina (-2,04%), que teve a maior contribuição individual para a desaceleração da inflação.

Desde meados de maio, a Petrobras cortou os preços do combustível em suas refinarias quatro vezes, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo.

Já o grupo saúde e cuidados pessoais teve a maior contribuição positiva, de 0,08 ponto percentual, com alta de 0,64% no mês, devido a aumento de 1,5% no item higiene pessoal.

A inflação dos serviços subiu para 0,34%, ante queda de 0,11% em maio, puxada pela alta de 18,90% nas passagens aéreas, com impactos de início das férias e da Copa América.

A sensação de inflação alta no primeiro trimestre contribuiu para os baixos índices de aprovação do governo Jair Bolsonaro. Segundo pesquisa Datafolha, 48% dos brasileiros esperam aumento dos preços. Esse foi o maior motivo de apreensão dos entrevistados, acima desemprego.

Economistas, porém, vêm revendo para baixo suas expectativas para o ano. O mais recente relatório Focus do Banco Central aponta para 3,80%, 0.09 ponto percentual amenos do que um mês atrás.

No primeiro semestre, a inflação foi de 2,23%, ante 2,60% no mesmo período de 2018.

Em julho, a inflação deve continuar sendo beneficiada pelos preços dos combustíveis — na segunda-feira (8), a Petrobras anunciou novos cortes nos preços da gasolina e do diesel —, mas terá pressão do reajuste de 6,61% na energia de São Paulo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/07/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Estatal boliviana pretende comprar ações da Petrobras em gasoduto

Após a Petrobras assinar um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para vender suas participações em ativos de gás natural no Brasil, a estatal petrolífera boliviana YPFB mostrou interesse em ampliar sua fatia no Gasoduto Brasil-Bolívia (GasBol). A Petrobras controla a TBG, dona do gasoduto, com 51% das ações e se comprometeu a vender essa participação. A boliviana, que tem 12% da TBG, informou em comunicado que tem interesse em comprar ações da estatal brasileira no empreendimento.

Álvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia, disse a jornais de seu país que a YPFB pode ser acionista majoritária no gasoduto. Em nota, o Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia informou que a YPFB tem a intenção de participar da licitação a ser feita pela Petrobras para a venda das ações com o objetivo de "aumentar a sua influência no mercado de gás brasileiro".

Luis Alberto Poma Calle, gerente de Regulação da Gas Transboliviano (GTB), subsidiária da YPFB, declarou que o plano permitiria à empresa boliviana negociar gás natural diretamente com empresas de distribuição e indústrias privadas no Sudeste do Brasil. Em nota, no entanto, ressaltou que saída da Petrobras da TBG não significa redução do volume de compra de gás do Brasil pela Bolívia.

INTERESSE NATURAL

Dos 3.150 quilômetros do gasoduto, 82% ficam no Brasil. Em operação há 20 anos, ele transporta 32,8 milhões de metros cúbicos diários.

Uma fonte do setor envolvida no projeto de venda de ativos da Petrobras avalia que o interesse da empresa boliviana em aumentar sua participação no gasoduto é natural. Conhece bem o ativo, já que gerencia a operação no lado boliviano, e não teria que investir na infraestrutura. Como sócia, a YPFB teria prioridade na compra da fatia da Petrobras.

Rivaldo Moreira, sócio-diretor da consultoria Gas Energy, adverte que o plano da YPFB pode enfrentar restrições de uma resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que proíbe uma mesma empresa dona do gás e do duto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Decola, Galeão

O Confaz autorizou o Estado do Rio a reduzir de 12% para 7% o ICMS sobre o querosene da aviação. A ideia é que isso terá efeito positivo sobre o número de voos partindo ou chegando ao Rio, que perdeu 15% do total de passageiros entre 2014 e 2018. Mas há gente cética achando que isso depende muito mais da recuperação da economia fluminense — já que dois terços dos passageiros viajam a negócios.

Enxugando gelo

A Ouro Negro Óleo e Gás, dirigida pelo empresário Rodolfo Landim, desistiu de participar do último processo licitatório dos campos de Enchova e Pampo, na Bacia de Campos. Desde 2018, a proposta da empresa do presidente do Flamengo foi considerada a melhor por três licitações consecutivas. Ainda assim, a Petrobras encontrava um jeito de enrolar e convocar nova licitação. A Ouro Negro jogou a toalha por desconfiar de que estava perdendo seu tempo.

MME / ASCOM .